



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

Comunicação Pública: desafios sob a perspectiva reticular¹ **Public Communication: challenges under the perspective**

Gabriel Ferreira Duarte Barbosa²

Célia Maria Retz Godoy dos Santos³

Palavras-chave: comunicação pública; comunicação reticular; nova ecologia dos meios.

O presente artigo, por meio da revisão bibliográfica, busca descrever o conceito de Comunicação Pública. E, a partir da lógica da comunicação reticular, busca elencar os principais desafios enfrentados por esta ação comunicativa.

No atual ambiente comunicacional a recepção e produção de conteúdo se pulverizam em redes digitais, impactando a comunicação em diferentes âmbitos. O presente artigo pretende refletir sobre as articulações comunicacionais ofertadas pela comunicação pública nas redes digitais.

Com a emergência de novas ações comunicativas mediadas por dispositivos eletrônicos conectados em rede, a informação sobre assuntos públicos se insere no panorama de novos processos comunicacionais possibilitados pela revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que alteram de forma contínua as relações sociais e econômicas estabelecidas entre pessoas, mercados e países,

¹ Trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisas em Mediatização e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 8 a 12 de abril de 2018.

² Jornalista, assessor de imprensa, produtor de conteúdo e aluno regular do programa de mestrado profissionalizante em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus Bauru. gabrielduarte.jornalista@gmail.com

³ Doutora em Sociologia pela Unesp-Bauru mestre em Comunicação Social e bacharel em Publicidade Propaganda. celiaretz@faac.unesp.br



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Midiatização** e Processos Sociais

promovendo assim reconfigurações, novos significados. Sob este paradigma, a recepção e produção de conteúdo se pulverizam em redes digitais, impactando diretamente a experiência comunicacional e cognitiva em diferentes âmbitos da experiência humana – inclusive no exercício da cidadania.

Este processo de mudança – capaz de promover diversas rupturas, inclusive epistemológicas – tornou-se evidente ao final do século XX, a partir da criação e popularização da internet - um sistema de comunicação digital que promoveu a integração em um fluxo global de trocas de mercadorias, produtos, subjetividades e experiências. Sob o paradigma das TIC, é possível estabelecer alguns elementos: a informação como matéria-prima, a penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias, a lógica das redes amplificada, a flexibilidade e a convergência da microeletrônica, das telecomunicações e dos computadores para um sistema integrado de informação (CASTELLS, 1999).

Diante do exposto, torna-se urgente uma análise do conceito de Comunicação Pública, que conforme Matos (2012) é um conjunto de ações comunicacionais e dialógicas estabelecidas de modo público, capaz de se converter em proposituras para coletividade e ampliar a consciência cidadã. Embora, ao longo da história, seja possível verificar que nem sempre esta ação comunicativa esteve alinhada à práticas inclusivas:

A comunicação pública, ao longo da história, esteve a serviço de muitos aspectos negativos: propaganda, manipulação, excitação das massas, acompanhamento das guerras e da destruição do inimigo, criação de leis injustas, discriminação social e ética, poder pessoal, humilhação da democracia” (ROLANDO, 2010, p. 25)

Por isso, segundo os estudos mais recentes sobre conceito, é possível estabelecer novos entendimentos. A constituição da Comunicação Pública como campo de ação comunicativa tal qual como convencionou-se recentemente está diretamente relacionado, segundo alguns estudiosos, com o aprofundamento de experiências sociais democráticas. “A estética da democracia, se assim se pode dizer, tem seu próprio



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

pluralismo semiótico, mas depende da comunicação pública” (ROLANDO, 2010). No entanto, com o desenvolvimento tecnocientífico vivenciado nos últimos séculos – sendo que a Revolução Industrial neste panorama ocupa relevância ao promover significativas alterações na experiência humana em múltiplos âmbitos. Por isso, é possível traçar, segundo Rolando (2010), uma linha evolutiva da Comunicação Pública:

Fase 1 - Comunicação Anagráfica: quando as instituições públicas se reconhecem como agentes dotados de voz. “Nesse estágio, a instituição pública adquire o direito à palavra” (Rolando, 2010).

Fase 2 - Comunicação de Serviço: que ocorre quando é iniciado o processo de explicar os seus processos. “A instituição procura se representar por meio de suas funções” (ROLANDO, 2010). Para isso, ela se utiliza de ações comunicativas estratégicas – como publicidade – para “conversar” com a diversidade presente entre os seus usuários.

Fase 3 - Comunicação para identidade competitiva e solidária: quando é necessário empreender ações que acompanhem a evolução e necessidades a sociedade em sua complexidade. “[...] a lista de responsabilidades envolve mais vértices políticos e administrativos, mas oferece a entrada, no campo da responsabilidade social, a muitos sujeitos, assegurando, em contrapartida, uma parcela de codecisão” (ROLANDO, 2010)

Já para Brandão (2012, p. 29) é entre os anos de 1960 e 1980 que se constrói “um pensamento de comunicação social que é um verdadeiro espelho do cenário político-econômico” desta época. Já após a redemocratização, é possível identificar diversas ações – ou tentativas – de instrumentalizar na prática toda esta discussão. Mas, segundo Brandão (2012, p. 11), “[...] é a partir do Governo Lula que o conceito comunicação pública com o sentido de informação para a cidadania começa a ser citado com frequência e acaba ganhando status”. Matos (2011), que traçou o retrospecto dos governos anteriores – Jose Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, considera que a comunicação estabelecida no período, por meio da propaganda oficial, priorizou a construção de identidades sociais e governamentais em



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

detrimento de promover o debate de questões públicas – por meio da divulgação de temas específicos capazes de agendar o debate público. Embora, a autora reconheça, que estas campanhas – ou modalidade comunicacional – por não estabelecerem vias de diálogos – ou, “por não refutarem posições contrárias” - acabam desconsiderar o papel de comunicador do outro. Até mesmo por conta disso – e após estas considerações sobre o contexto histórico – se faz necessário identificar qual é o entendimento deste conceito e verificar se ele pode, a um só tempo, atuar no resgate deste ‘ideal da comunicação’ sem, no entanto, se configurar como uma “utopia”. Ou, para ainda segundo apontou Matos (2012, 45), promover “uma sistematização da comunicação pública como espaço plural para a intervenção do cidadão no debate das questões de interesse público”.

O campo da comunicação pública inclui o aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, terceiro setor e, em certas circunstâncias, às ações privadas, por isso ao longo deste estudo propõe-se discutir o impacto da comunicação reticular nos quatro eixos centrais, segundo Duarte (2012) da CP (transparência, acesso, interação e ouvidoria social). E, a partir de referencial teórico, colhido em levantamento bibliográfico, trazemos para a discussão o conceito de rede como componente interativo das trocas comunicacionais. Como resultado preliminar almeja-se demonstrar a importância da comunicação em rede como instrumento que propicia fluxos bi ou multilaterais aos envolvidos mediante processos dialógicos equilibrados e simétrico, com igualdade de direito e oportunidade de falar e ser ouvidos: pelo menos em tese, para todos que tiverem interesse em se manifestar.

Hoje – ao recapitular os recentes estágios que conotam diversas fases de percepção e desenvolvimento de modernas funções – consideramos a comunicação pública não apenas como a instrumentação do poder, mas, sobretudo, como o território em que muitos sujeitos (mesmo se confrontando) buscam interesses legítimos e usam a informação e a comunicação não tanto para vender algo, mas para apresentar sua identidade, sua visão e seus objetivos (ROLANDO, 2010, p. 26)



II Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais

Por isso a justificativa da busca de precisão conceitual, já que a ação a que ele busca delimitar é dotada de ações e protocolos específicos. Constatação reforçada por Duarte (2012), Monteiro (2012), Brandão (2010) e Matos (2010). Segundo esta última autora, Comunicação Pública “é (o capital social também é) uma ação coletiva sobre questões de interesse público, cujo objetivo é a tomada de decisões consensuais para benefício mútuo” (MATOS, 2012, p. 43). Por isso, a sua existência se justifica na necessidade intrínseca às suas temáticas:

A Comunicação Pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionadas a temas de interesse coletivo. O campo da comunicação pública inclui tudo que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, terceiro setor e, em certas circunstâncias, às ações privadas. A existência de recursos públicos ou de interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública. (DUARTE, 2010, p. 3)

Por lidar com esta temática – e, principalmente, por contar com o envolvimento de todos os atores sociais – o exercício dessa ação extrapola o tradicional esquema de emissão e recepção de mensagens. E, segundo Duarte (2012), a ação da comunicação pública deve estar alinhada com algumas premissas, entre elas, ele destaca: compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; centralizar seus processos e protocolos de ação na figura do cidadão; tratar a comunicação como um processo mais amplo do que informação; adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; e assumir a complexidade da comunicação, embora a trate como um todo uno. Pois, é no bojo de sua ação que são gestadas novas práticas sociais. Ou, conforme explica Matos (2010, p. 44-45):

Assim, a comunicação pública não pode se restringir ao fluxo de mensagens institucionais que, hierarquizadas, partem das esferas governamentais para atingir cidadãos que não encontram espaços de interlocução com seus dirigentes. A comunicação pública deve ser



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

pensada como um processo político de interação no qual prevalecem a expressão, a interpretação e o diálogo. É preciso salientar que o entendimento da comunicação pública como dinâmica voltada para as trocas comunicativas entre instituições e a sociedade é relativamente recente.

Com isso, contata-se uma primeira característica que esta leitura do conceito permite identificar: o foco nas redes de interação que se formam em torno de questões públicas – e não exclusivamente nos atores que emitem e recebem as mensagens, já que todos devem ser considerados “produtores ativos no processo comunicacional” (MATOS, 2010, p. 45).

Por isso, e ainda, a partir de referencial teórico, colhido em levantamento bibliográfico, trazemos para a discussão o conceito de rede como componente interativo das trocas comunicacionais. A ideia é conjecturar sobre como a configuração das relações entre os atores desse processo e as posteriores apropriações e difusões que estes farão das informações trocadas em rede – compreendida como sendo composta por diversos ‘nós’ (pessoas, circuitos, interfaces) – dizem respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo. Ademais, o campo da comunicação pública inclui o que diz respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, terceiro setor e, em certas circunstâncias, às ações privadas, por isso ao longo deste estudo propõe-se discutir o impacto da comunicação reticular nos quatro eixos centrais da CP (transparência, acesso, interação e ouvidoria social), que na visão de Duarte (2012) são requisitos imprescindíveis para a ação dos agentes e instituições que lidam com a comunicação de interesse público.

Referências bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009a.

CARDOSO, T; SANTAELLA, L. Para entender a complexidade das redes. **Revista Famecos – Mídia, Cultura e Tecnologia**. Porto Alegre, v. 21, n. 2, p. 742-725, maio/ago. 2014.



II Seminário Internacional de Pesquisas em **Mediatização** e Processos Sociais

DI FELICE, M. Redes sociais digitais, epistemologias reticulares e a crise do antropomorfismo social. In: **Revista USP**. São Paulo, n.92, p. 9-19, dez./fev. 2011/2012.

DI FELICE, M. Pós-complexidade: as redes digitais vistas a partir de uma perspectiva reticular. Entrevista especial com Massimo Di Felice. [Editorial]. **Revista IHU On-line**, São Leopoldo – RS, v. XI, n. 380. Nov./2011. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao380.pdf> Acesso em: 3 jan. 2017.

DUARTE, Jorge. **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2012.

ROLANDO, Stefano. **A dinâmica evolutiva da comunicação pública**. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. p.23-37.